

A crise do jeton

NINGUÉM pode esperar e muito menos exigir do Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, que obtenha da Mesa medidas anti-regimentais e inconstitucionais para resolver o problema de assiduidade dos parlamentares às sessões plenárias da Casa.

O CORTE dos jetons restrito a quando nas votações houver pedido de verificação nominal de presença no plenário surge aparentemente como a única solução praticável dentro das regras vigentes sob as quais vive o Congresso. As demais alternativas que estiveram em exame simplesmente esbarravam em impedimentos intransponíveis até, pelo menos, que se vote uma nova Constituição, e portanto não faz o menor sentido político, ético ou prático condenar qualquer autoridade ou fração do Poder Legislativo por negar guarida a essas fórmulas induzidas de moralização parlamentar.

OS PROGRAMAS de moralização — no Congresso, no Executivo ou no Judiciário — também esbarram em limites. Limites, sem dúvida, passíveis de revisão, mas só através dos meios adequados. De imediato tem-se à disposição a via da emenda constitucional e em maior prazo a oportunidade da Constituinte. Reformas regimentais na Câmara e no Senado representam outras saídas disponíveis no que for da alçada do Legislativo.

EM EDITORIAL recente, "O vazio do Congresso", O GLOBO procurou estabelecer as diversas dis-

tinções e ressalvas que o caso impõe, sempre dentro da preocupação dominante de contribuir para a preservação da imagem do Legislativo como pedra angular do sistema democrático.

FOI LEMBRADO, por exemplo, que o plenário do Congresso está longe de exprimir todo o universo das funções parlamentares e que o mandato do congressista de maneira nenhuma se esgota no ato de comparecimento às sessões ou ao prélio da instituição. Deputados e senadores trabalham em Comissões permanentes ou temporárias, freqüentam e assistem as suas bases eleitorais, viajam em missão oficial, participam de conferências e debates fora de Brasília, vão inspecionar in loco situações de calamidade ou de irregularidade no vasto espaço do território nacional etc. etc. e tudo isso adquire o caráter de cumprimento lícito e fiel do mandato.

ESSA defesa do Congresso e dos parlamentares torna-se tranquilamente compatível com a denúncia das faltas e dos excessos cometidos no âmbito do Legislativo. O importante é dar às críticas a sua devida dimensão, evitando extrapolações que acabem atingindo a generalidade do foro parlamentar e dos seus membros. Afinal, numerosos setores da administração federal já se deixaram envolver em escândalos clamorosos e nem por isso terá passado pela cabeça de qualquer pessoa a idéia de desmoralizar e destruir o Poder Executivo como instituição. Cabe ao Congresso sentir-se tão permanente e seguro na vida do País, apesar das acusações

ao seu comportamento, quanto se sente o Governo federal diante dos petardos que recebe da Oposição e outras fontes de julgamento público.

OS LÍDERES de bancada na Câmara podem pedir verificação de quorum nas notações. Por que taxar então de inócua ou paliativa a solução fixada pela Mesa, sobretudo quando já se marcha para a extinção do voto de liderança? E para que insistir em arrancar do Congresso procedimentos de materialização complexa ou até mesmo irrealizável?

A CENA constante dos plenários desertos ou entregues às moscas provoca indiscutível constrangimento e certamente precisa mudar. Contudo afigura-se igualmente desconfortável a busca da mudança através da arma do pagamento dos serviços parlamentares. O jeton convertido em árbitro da responsabilidade, da eficiência e da compostura congressuais não chega a ser uma proposta edificante. De resto, não há notícia de que alguém tenha concebido descontar dos salários dos Ministros, dos dirigentes de autarquias e empresas estatais etc. os dias de ausência nos respectivos Gabinetes.

A CONSTRUÇÃO e a consolidação dos regimes democráticos éticos dependem substancialmente de fatores pouco ou nada mensuráveis ou computáveis. A perfeita consciência da responsabilidade parlamentar, considerada individualmente e em conjunto, é que funcionará no fim das contas como o grande fator de reabilitação dos plenários em crise.